
Ronda Noturna

Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu*

Ricardo Benzaquen de Araújo

"Como o passado deixou de lançar a sua luz sobre
o futuro, a mente humana vagueia na obscuridade"
Alexis de Tocqueville

1. Apresentação

Creio que a decisão de fazer este trabalho me forçou a correr riscos um pouco maiores do que os habituais, pois nunca pesquisei com cuidado a época em que Capistrano escreveu — final do século XIX e princípio do século XX —, nem posso me declarar um especialista no estudo da historiografia, área em que a maior parte dos textos deste autor pode ser localizada.

Entretanto, tenho a impressão de que vale a pena enfrentar este desafio, de um lado, pela importância intrín-

seca da obra de Capistrano, talvez a mais rica contribuição individual à historiografia brasileira no período que se situa entre a produção de Varnhagen e as análises de Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, e, de outro, pela possibilidade de seu exame permitir a discussão de uma série de questões ligadas à chamada concepção *moderna* de história, realista, factual e narrativa, concepção que, entre nós, parece-me ser mais praticada do que efetivamente analisada.

Gostaria de acrescentar que a conjugação dos fatores mencionados — meu relativo desconhecimento do as-

* O presente texto foi elaborado por mim enquanto pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil com vistas à sua apresentação no curso oferecido pelo professor Otávio Velho no Museu Nacional/UFRJ durante o primeiro semestre de 1986, a quem devo agradecer o estímulo, a orientação e o processamento de uma leitura extremamente criativa e atenta. Foi também exposto em dois outros eventos: no seminário dirigido pelo professor Luiz Costa Lima na Fundação Casa de Rui Barbosa e no Grupo de Trabalho Pensamento Social no Brasil da XI Reunião da ANPOCS, realizada em Águas de São Pedro (SP) em outubro de 1987. Em diferentes oportunidades foi discutido por colegas e amigos, em especial por Ilmar R. de Mattos, Marcos Veneu, Lúcia Lippi de Oliveira e Ângela Maria Castro Gomes, aos quais quero expressar o meu mais profundo reconhecimento pela paciência e pelas sugestões, esclarecendo que as observações que não tiveram condições de ser incorporadas continuam vivas na lembrança e poderão ser utilizadas mais adiante, ainda que em um novo estudo.

Este trabalho é dedicado à memória de Fernando José Leite Costa.

sunto e a relevância do pensamento de Capistrano — fez com que adotasse uma estratégia extremamente prudente no que se refere ao encaminhamento do trabalho, levando-me a investigar de maneira mais intensa somente dois textos do autor e, mesmo assim, sem ter a pretensão de abarcá-los em sua totalidade. Além disso, procurei fixar-me em apenas um dos problemas suscitados pela concepção moderna de história, utilizando-o como uma espécie de “fio condutor” para que, através do estudo daqueles textos, pudéssemos chegar a um primeiro entendimento desta concepção.

2. Classicismo e história

Antes, porém, de entrar mais diretamente na discussão dessas questões, torna-se necessário fazer uma breve referência à concepção clássica de história, que antecede e se opõe à moderna, para que, mais adiante, tenhamos condições de tentar explorar o contraste que pode ser estabelecido entre os dois modelos.

A concepção clássica foi dominante na Europa desde o renascimento até o iluminismo. Isto, evidentemente, não quer dizer que ela não tenha conhecido rivais durante este período, ou que tenha desaparecido abruptamente após 1800. Tal supremacia, contudo, implica que esta concepção deve ser compreendida pelo menos até meados do século XVIII, como uma espécie de limite que, mesmo as perspectivas mais discordantes, necessitavam levar em consideração.

Mas qual seria a característica básica a partir da qual poderíamos conseguir uma visão sintética desta concepção? Acredito que a melhor maneira de defini-la seria apontando-a como uma história que, antes de se fundar no tempo, como a moderna,

estabelece um “*espaço de experiências*” (cf. Koselleck, 1985, p. 267) onde podem ser reunidos exemplos, histórias excepcionais, extraordinárias, exemplares, em suma, capazes de fornecer orientação e sabedoria a todos os que dele venham a se aproximar.¹

Temos, em decorrência disso, uma formulação ética e pedagógica da história, resumida na velha expressão latina de Cícero: “*História magistra vitae*” — história mestra da vida.² Esta formulação supõe uma crença na unidade essencial do gênero humano, único argumento capaz de validar a organização da história como se ela fosse um palco no qual um conjunto aberto, mas altamente selecionado de cenas, sem uma articulação necessária entre si, seria continuamente representado em prol do aperfeiçoamento político e moral dos seus expectadores. Um procedimento como este vai envolver indubitavelmente a história com a tradição e com a memória coletiva, numa associação que praticamente desconhece a diferença entre o passado e o presente e mantém o futuro sob o mais estrito controle.

Não se trata de imaginar que a concepção clássica não distinguia o futuro do passado. Simplesmente a decisão sobre como, quando e em que direção agir, aquilo que Koselleck (1985, p. 267) chama de “horizonte de expectativas”, dependia de uma atenta e cuidadosa avaliação dos ensinamentos armazenados por esse modelo da história. É importante observar que seu conteúdo substantivo podia variar de forma absoluta, abrigoando as mais diversas e opostas posições. Assim, a concepção clássica da história podia ser empregada tanto por Maquiavel, o Maquiavel da *História de Florença* e dos *Comentários sobre a primeira década de Tito Livio*.

para analisar e defender a idéia de república (cf. Skinner, 1981), quanto por Racine, para expor a superioridade natural que garantia à realeza francesa o seu direito à soberania (cf. Marin, 1981); tanto por Montaigne, preocupado em fundar o seu ceticismo na demonstração da inexistência de regras gerais capazes de orientar o comportamento humano, quanto por Bodin, obcecado precisamente pela descoberta dessas regras (cf. Koselleck, 1985, p. 22). Não importa. Todos procuravam promover suas perspectivas através do recurso às experiências acumuladas da história.

Tenho a impressão de que a simples menção desses nomes já deixa claro que tal concepção, longe de se definir como matéria para especialistas, constituía-se em um gênero freqüentado pelos mais diversos autores, em um modo de argumentar perfeitamente disponível a qualquer intelectual da época clássica.

Note-se, porém, que a ausência de especialização — e mesmo aquela variedade de conteúdos — não nos deve fazer supor que houvesse uma completa e irrestrita comunicação, uma absoluta transitividade entre a história e a tradição, isto é, que qualquer relato encontrado na memória coletiva pudesse automaticamente se transformar em um exemplo, em um argumento legitimamente incorporado ao modelo clássico.

Ao contrário, vamos assistir com freqüência a um esforço das mais distintas posições que se utilizavam desta concepção no sentido de encontrar um filtro que garantisse uma relativa crítica das narrativas tradicionais, diminuindo a incidência do “mítico”, do “maravilhoso”, do inverossímil e, conseqüentemente, aumentando o poder de persuasão de cada uma delas (cf. White, 1985, e Mo-

migliano, 1983). Este filtro irá se localizar no que Paul Veyne chama de “doutrina das coisas atuais”, ou seja, na certeza de que “a tradição mítica transmite um núcleo autêntico que, no decurso dos séculos, se rodeou de lendas; apenas estas lendas criam dificuldades, mas não o núcleo” (cf. Veyne, 1984, p. 26). Trata-se, portanto, de “extrair o joio do trigo”, de extirpar da memória todas as “mistificações” que a “ingenuidade popular”, pouco a pouco, acabou por acrescentar.

Mas como isto poderia ser feito? Justamente através dessa “doutrina das coisas atuais”, da comparação dos relatos contidos na tradição com as convenções do século corrente, assimilando-se tudo aquilo que era compatível com estas convenções como verdadeiro e descartando-se o resto como mero produto da imaginação.

É interessante observar que tal conduta, se já envolve uma posição moderadamente crítica em relação à tradição, ainda está muito longe de sugerir qualquer alteração no significado da noção clássica de verdade. Continuamos num mundo de argumentos morais, políticos e sociais, onde o que se busca não é a confirmação da sua verdade factual, através de documentos e testemunhas, mas a simples afirmação de sua plausibilidade, de sua verossimilhança, quer dizer, de sua articulação, mesmo precária, com os valores cultuados no presente.

Esta observação é importante porque, quando nos aproximamos do surgimento da concepção moderna de história, o que entra em cena é precisamente o ideal de uma verdade exata, rigorosa, que pretende se relacionar com as ações dos homens não mais em função dos seus valores, dos debates éticos que eles propiciam, mas apenas pela preocupação em verificar

se, quando e onde elas efetivamente existiram.

Desta maneira, só para usar uma fórmula cômoda, temos a passagem de uma verdade que se identifica com a *ética* e se opõe ao *erro*, para uma verdade que se confunde com o *fato* e deseja afastar-se de tudo aquilo que se aproxima das fronteiras da *fantasia* ou da imaginação.³

Para alcançar esta meta, o historiador moderno deve em primeiro lugar abandonar completamente a pretensão de emprestar um significado ético e pedagógico à sua atividade, que passa a buscar um ponto de absoluta equidistância entre os diversos princípios, valores e padrões em conflito, renunciando a adotar qualquer um deles em troca da obtenção de um acesso o mais objetivo possível à realidade.

Tais exigências de imparcialidade e de objetividade, por sua vez, levaram a concepção moderna de história a incorporar, a partir do final do século XVIII, toda uma série de procedimentos críticos, em constante intercâmbio com a filologia (cf. Cassirer, 1948). Esses procedimentos, pelo menos em princípio, seriam capazes de determinar a “verdade dos fatos” com a mais infinita precisão, analisando documentos, confrontando testemunhos, estabelecendo, enfim, quais textos eram ou não confiáveis para se conseguir uma visão realista do passado.

Com isso, o exame crítico da tradição passou de relativo, na concepção clássica, a absoluto, na moderna. Antes, preservava-se uma parcela da memória, aquela que parecia razoável, plausível aos ouvidos contemporâneos, deixando-se o resto de lado. Agora, tudo o que vem do passado começa a ser olhado com desconfiança, submetido a um contínuo e meticuloso esquadrinhamento, num esforço que de-

manda tanta minúcia e erudição que termina por converter o historiador em um especialista, em alguém cujo trabalho se caracteriza pela prática de um certo método, chave da verdade e da mentira, acessível apenas depois de árduo e demorado aprendizado.

É lógico que toda essa modificação se deu no decorrer de um processo de muito longo prazo, um processo que virtualmente acompanha em uma linha paralela, subordinada mas ativa, o desenvolvimento da concepção clássica de história, e que inclui, além de debates sobre a importância da “querela entre os antigos e os modernos”, personagens tão interessantes quanto os “antiquários”.⁴ Parece-nos razoável sugerir, contudo, que o momento mais dramático desse movimento, aquele que, ao que tudo indica, ficou como um marco na afirmação da concepção moderna de história, aponta de fato para a Revolução Francesa. E isto ocorreu porque o número, a dimensão e a intensidade dos conflitos por ela provocados, somados ao caráter totalmente incontrollável e imprevisível que a própria revolução parecia assumir, acabaram por tornar inevitável uma radical alteração da noção de verdade de que se dispunha até então.⁵

Assim, em vez de se insistir na sustentação da possível verdade de uma das inúmeras facções produzidas pela revolução, o que se tentou alcançar, particularmente na Alemanha e em menor escala na Inglaterra, no final do século XVIII e princípio do século XIX, foi um novo critério de verdade, um critério que não fosse democrático ou aristocrático, girondino ou jacobino, que tivesse condições de se

“... pôr acima de qualquer impulso de interpretar as evidências históricas à luz de preconceitos par-

tidários, expectativas utópicas, ou ligações sentimentais com instituições tradicionais, (...) situando-se em algum ponto de vista da consciência social que fosse verdadeiramente 'objetivo', verdadeiramente 'realista' " (cf. White, 1985, p. 124).

Ora, antes de prosseguir, é necessário que se assinale que conflitos éticos e políticos não eram exatamente uma novidade no cenário europeu. As lutas religiosas que marcaram o século XVI e a primeira metade do XVII, por exemplo, chegaram a atingir dimensões quase continentais, sendo sugestivamente cognominadas por Koselleck (1979) como a primeira "guerra civil européia".

Acontece, no entanto, que conflitos como esse puderam ser resolvidos através de uma reorganização do sistema de poder que vigorava na maioria das monarquias européias, sem se chegar a uma crise tão profunda que obrigasse a uma revisão completa dos valores, como foi o caso da Revolução Francesa. Nesse caso, a única alternativa foi partir para a confecção de uma nova definição de verdade, uma absolutamente independente dos juízos em conflitos e que, por isso mesmo, tivesse condições de fornecer critérios para a reconstrução do mundo após a revolução.

Esta nova definição da verdade e a concepção moderna de história que lhe corresponde estão contudo muito distantes de poderem se apresentar como construções perfeitas e acabadas, cida-delas inexpugnáveis atrás de cujos muros se tentaria restaurar a segurança e a esperança abaladas pela revolução. Ao contrário, elas também enfrentam dificuldades, dúvidas persistentes, verdadeiras aporias, e é justamente uma delas, a relação entre

imparcialidade e perspectiva intelectual, que pretendo examinar mais de perto.

Levando-se em conta o que se discutiu até agora, creio que ficou evidente que a *imparcialidade*, a objetividade, em suma, o afastamento do historiador das diversas posições em conflito parece ser um dos pressupostos centrais desta concepção moderna de história. Entretanto, antes mesmo da eclosão da Revolução Francesa, autores vinculados ao iluminismo alemão, como Chladenius, já chamavam a atenção para a virtual impossibilidade de se atingir o ideal de um distanciamento absoluto pois, por mais que se conseguisse afastar o historiador das suas lealdades políticas e religiosas, ele ainda estaria enfocando o seu objeto a partir de um determinado ponto de vista, de uma *perspectiva* intelectual específica que faria com que ele enfatizasse tal aspecto e não outro, dirigisse a pesquisa em uma direção e não em outra, e assim por diante.⁶

O que me parece extremamente interessante é que esta dupla exigência, de objetividade e de posicionamento intelectual, parece ter atravessado o século XIX como uma criativa e permanente fonte de tensões no interior da historiografia, não só gerando acusações, ora de "partidarismo", ora de falta de originalidade, mas também propiciando um instigante debate acerca das condições em que se produz a história na acepção moderna do termo, debate este encimado por autores como Humboldt, Ranke, Droysen e muitos outros (cf. Cassirer, 1948 e White, 1937).

O presente texto pretende apenas contribuir para o prolongamento dessa discussão entre nós, fazendo com que ela tenha condições de incorporar, mesmo que apenas em uma primeira

abordagem, drasticamente limitada, a obra daquele que talvez tenha sido o nosso mais importante historiador “moderno”: Capistrano de Abreu.

3. Capistrano e a história

Capistrano nasce perto de Maranguape, na então província do Ceará, em 1853, e muda-se para o Rio de Janeiro em 1875. Chega à corte sem possuir um diploma universitário, pois não havia conseguido ingressar na Faculdade de Direito do Recife, e provido de escassa experiência profissional, tendo publicado somente alguns artigos na imprensa da capital cearense.⁷

Consegue de início uma modesta colocação na Livraria Garnier, transferindo-se mais tarde para o Colégio Aquino como professor de francês e de português. Quatro anos depois da sua chegada ao Rio, em 1879, engaja-se de forma mais regular nas duas atividades que irão absorvê-lo pelo resto da vida: o jornalismo e em especial a pesquisa histórica. Chega ao jornalismo através de um emprego como redator na *Gazeta de Notícias*, onde vai se ocupar fundamentalmente da produção de textos de crítica e de história da literatura, aos quais logo se soma outros de cunho mais nitidamente histórico e historiográfico. Com a história propriamente dita, ele só começa a ter uma relação mais constante e sistemática a partir da sua nomeação, por concurso, para os quadros da Biblioteca Nacional, onde fica até 1883, quando enfrenta e vence outro concurso, desta vez para ser professor no Imperial Colégio Pedro II.

Capistrano permanece dando aulas de história do Brasil no Pedro II até 1899 quando, em virtude de uma re-

forma introduzida pelo governo anexando a cadeira de história do Brasil à de história universal, anexação com a qual não concordava, termina sendo posto em disponibilidade. Desse ano em diante, embora venha a prestar eventualmente alguma colaboração ao colégio, jamais volta a lecionar de forma regular, dedicando-se essencialmente à atividade que irá destacá-lo e transformá-lo em modelo de toda uma geração de autores: a pesquisa e a redação da história do Brasil.

É a partir desse momento, portanto, que começam a ser produzidos os seus trabalhos mais conhecidos, como *Capítulos de história colonial* e *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, verdadeiros pontos de referência da aclimação da concepção moderna de história no país. Solidamente vinculado a esta concepção, Capistrano vai revelar-se na verdade um autor extremamente apropriado para a discussão da questão que especulava sobre o relacionamento entre a exigência de imparcialidade e o comprometimento intelectual do historiador.

Assim, por um lado, ele é o historiador que talvez tenha melhor encarnado entre nós o ideal da busca “moderna” da verdade, dedicando-se incansavelmente à tarefa de procurar documentos inéditos, ocupando-se da sua tradução e publicação, tentando estabelecer a identidade dos seus autores, cuidando, portanto, de estimular e promover a pesquisa das fontes históricas por todos os meios que estivessem ao seu alcance.⁸

Por outro lado, desde a sua formação no Ceará — formação eminentemente informal, desenvolvida basicamente em associações literárias como a Academia Francesa, que ele fundou ao lado de amigos como Rocha Lima, Clóvis Bevilacqua e Araripe Júnior (cf. Coutinho, 1959) — Capistrano

já evidenciava um enorme interesse em relação aos trabalhos de sociólogos franceses e ingleses, como Taine, Comte, Buckle e Spencer, interesse que mais tarde irá se estender a autores ligados à antropologia e à geografia, principalmente de origem alemã (cf. Rodrigues, 1965, e 1970).

Para termos uma idéia da importância que a perspectiva sociológica veio a assumir para Capistrano, basta consultarmos a conclusão do necrológico que ele escreveu para Varnhagen, no qual, depois de muitos elogios, lamenta que este

“...ignorasse ou desdenhasse o corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome de sociologia. Sem esse facho luminoso, ele não podia ver o modo por que se elabora a vida social. Sem ele as relações que ligam os momentos sucessivos da vida de um povo não podiam desenhar-se em seu espírito de modo a esclarecer as diferentes feições e fatores reciprocamente. Ele poderia escavar documentos, demonstrar-lhe a autenticidade, solver enigmas, desvendar mistérios, nada deixar de seus sucessores no terreno dos fatos: compreender, porém, tais fatos em suas origens, em sua ligação com fatos mais amplos e radicais de que dimanam; generalizar as ações e formular-lhes teoria; representá-las como conseqüências e demonstrações de duas ou três leis basilares, não conseguiu, nem conseguiu-lo-ia” (cf. Capistrano, 1931, p. 139-140).

Como se vê, o estabelecimento dos fatos parece representar para Capistrano uma etapa completamente distinta da interpretação, esta sim, orientada por leis e regras derivadas da

sociologia. É como se o absoluto distanciamento requerido pelo método crítico, distanciamento do qual, não nos enganemos, ele vai ser um dos principais defensores, fosse útil e possível apenas no primeiro momento da pesquisa histórica, quando se lida com fontes, testemunhos e documentos, tendo que ser substituído mais adiante pelo quadro teórico das ciências sociais, se é que se quer “escrev(er) uma história da nossa pátria digna do século de Comte e Herbert Spencer” (cf. Capistrano, 1931, p. 140).

Muito bem. Diante disso, creio que é chegada a hora de explorar mais diretamente essa questão na obra de Capistrano. Para tanto, optei por estudar com mais detalhe dois dos seus trabalhos que, curiosamente, tratam do mesmo assunto: a descoberta do Brasil.

O primeiro texto, embora bem mais conhecido e discutido na bibliografia especializada que o outro, é obra de um historiador praticamente iniciante, constituindo-se na tese de concurso de Capistrano para o Colégio Pedro II em 1883, publicada pelo autor no mesmo ano. O segundo, bem menos citado, como já foi dito, é editado dezessete anos mais tarde no *Livro do Centenário*, publicação comemorativa dos quatrocentos anos da descoberta do Brasil.⁹ Os dois trabalhos discutem exatamente o mesmo tema e, o que é mais interessante, não apresentam muitas divergências em relação às questões mais substantivas, apesar da distância que separa as suas datas de edição.

Ocorre, porém, — e este é o ponto que eu gostaria de examinar com mais vagar —, que os dois estudos são redigidos em estilos inteiramente diferentes, apresentando um contraste que precisa ser melhor explorado. Enquanto o segundo texto aborda a

descoberta do Brasil dentro da forma narrativa, forma em que os livros escritos a partir da concepção moderna de história costumam habitualmente se expressar, a tese de concurso aproxima-se da mesma questão de maneira totalmente distinta, não-narrativa, quase como se Capistrano estivesse explicitando para o leitor uma etapa da pesquisa histórica que geralmente lhe é ocultada: a etapa da crítica da documentação.

Parece-me evidente, portanto, que estamos diante de uma oportunidade relativamente rara, que é a de poder confrontar os procedimentos críticos da historiografia moderna, tal como Capistrano os emprega, com a escrita histórica mais usual, na qual a regra da narrativa até certo ponto dilui a exposição desses procedimentos, ocupando-se essencialmente em “costurar” as conclusões.

Na verdade, para que se possa avaliar melhor a importância desta oportunidade, basta recordar que Capistrano dá a impressão de enfrentar a questão que vínhamos colocando, que é o relacionamento entre objetividade e posicionamento, alocando o primeiro termo na etapa da crítica, e o segundo, na de uma síntese explicativa, sociologicamente orientada, que, obviamente, manifesta-se por intermédio do modelo narrativo. Assim, o exame desses dois livros poderá também significar a chance de se compreender a maneira específica pela qual Capistrano tenta superar essa antiga dificuldade da concepção moderna de história.

Gostaria ainda de acrescentar que foi precisamente pelo meu empenho em fazer render o mais possível a comparação entre os dois textos que decidi não analisá-los em sua totalidade, estudando apenas as questões mais diretamente vinculadas ao pró-

prio descobrimento, e deixando de lado o que Capistrano costuma chamar de “desenvolvimento do Brasil no século XVI”. Isto sucedeu porque a parte sobre o século XVI na tese de 1883 já é escrita sob a forma de narrativa, o que me levaria a duplicar o argumento sem um ganho analítico que compensasse a repetição.

4. Crítica e verdade

O descobrimento do Brasil, publicado em 1883, é de fato uma obra pouco narrativa. Sua armação parece-se mais com a de uma peça judiciária, na qual Capistrano examina documentos e interroga testemunhas como se fosse juiz e júri, promotor e advogado de defesa. O trabalho se divide em três partes, cada uma delas correspondendo a um conjunto de pretensões nacionais sobre a identidade daquele que teria descoberto o Brasil. Temos, então, pretensões francesas, espanholas e portuguesas, todas substanciadas na lista de fontes primárias e secundárias que Capistrano publica à testa de cada capítulo, fontes cujo escrutínio irá se constituir no tema básico da sua atividade.

Creio que devemos discutir as pretensões francesas com extrema atenção, pelo simples fato de que, para Capistrano, elas são as que apresentam maior número de falhas. Afinal, Cassirer (1943, p. 231) já nos advertia que o método crítico parece ser mais apropriado para a descoberta do falso do que do verdadeiro; assim, começando pelo mais falso, talvez tenhamos mais condições de entender o sentido e o funcionamento deste método.

As pretensões francesas referem-se basicamente à história de um certo Jean Cousin, “marinheiro perito, bravo soldado e negociante” que, partin-

do de Dieppe para uma “viagem de exploração”, tomara o cuidado de não navegar pela costa da África para evitar ser vitimado pelas tempestades e pelos “bancos de areia” que ali eram freqüentes, até que “foi arrastado para Oeste por uma corrente marítima e aportou a uma terra desconhecida, junto à embocadura de rio imenso” (cf. Abreu, 1929, p. 12). Este rio seria o Amazonas e, dessa maneira, Cousin teria descoberto o Brasil — e a América — em 1488.

As razões apresentadas por historiadores franceses, como Gaffarel, para validar a estória de Cousin, distribuem-se fundamentalmente em torno de dois eixos: o primeiro concentra simplesmente alguns argumentos históricos e geográficos, pois Dieppe, sem dúvida, era um importante porto francês no século XVI, e os “dieppenses eram navegadores ousados, que tinham-se estendido muito pelo Oceano e em algumas partes precedido os portugueses e castelhanos” (cf. Abreu, 1929, p. 14). Quanto aos argumentos geográficos, eles se referem apenas ao fato de que “as tradições dieppenses falam de uma corrente a favor da qual navegara Jean Cousin e esta corrente existe: é o *Gulf-Stream*” (idem).

Já o segundo eixo envolve um raciocínio muito mais intrincado, pois parte de indícios que comprovariam a presença no barco de Cousin, como seu imediato, de um marinheiro castelhano chamado Pinzon, que não seria outro senão Martim Alonso Pinzon, “o mesmo a quem Colombo confiou três anos mais tarde o comando de um dos três vasos de esquadilha em que descobriu o Novo Mundo”. Conseqüentemente, Cousin não só “descobriu o nosso continente, como foi, graças a um seu companheiro, que Colombo usurpou depois a gló-

ria de tamanho descobrimento” (cf. Abreu, 1929, p. 14).

Ora, diz Capistrano, “tudo isto é muito exato, e se possível e real fossem termos coextensos, a discussão ficava encerrada” (cf. Abreu, 1929, p. 14). É óbvio que não fica, mas por que não? Por que os indícios da primazia de Cousin não podem ser levados a sério por Capistrano? Pela simples e decisiva razão de que a única fonte em que se baseiam as pretensões francesas não é primária, não era contemporânea aos acontecimentos que descrevia, não era uma testemunha ocular, mas sim um cronista, Desmarquets, que publica o seu trabalho em 1785, quase três séculos depois do sucedido.

Este “pecado original”, que já nos remete a um dos procedimentos básicos da crítica histórica, a busca de testemunhas visuais, vicia inteiramente o argumento francês, enviando-o para o campo do plausível, do razoável, do verossímil, de tudo aquilo que constituía demonstração suficiente da verdade para a concepção clássica de história, mas que agora deixa de possuir qualquer interesse ou valor.

A pretensão francesa, já completamente desqualificada por sua incapacidade de apresentar testemunhas oculares, complica-se ainda mais porque boa parte dos seus argumentos padecem de razoável incoerência, admitem uma grande margem de ambigüidade, podendo, por sua debilidade intrínseca, ser facilmente anulados. Tome-se a história de Pinzon, por exemplo: se ele efetivamente desempenhou o papel que lhe atribuíram os franceses, por que, então, ficou calado, permitindo que Colombo levasse toda a glória da descoberta da América?

Uma primeira resposta a esta indagação, dada pelos comentadores franceses, salientava que Pinzon havia-se desentendido violentamente com Cousin, o qual teria conseguido que ele fosse declarado impróprio para servir na Marinha de Dieppe. Assim, “despedido ignominiosamente...” (Pinzon) não queria sem dúvida avivar um negócio de que se saíra mal” (cf. Abreu, 1929, p. 17) e por causa disso preferiu silenciar sobre sua viagem ao Brasil.

Tais “reparos”, afirma Capistrano, “teriam força incontestável” se não fossem refutados mais adiante por observações de seu próprio autor, que assinala existirem “então (...) relações freqüentes entre castelhanos e dieppenses... Não havia navio dieppense ou castelhano que, fazendo-se ao mar, não levasse a bordo um intérprete ou um piloto castelhano ou dieppense” (cf. Abreu, 1929, p. 17). Se isto é verdade, retruca Capistrano, “torna-se evidente que não só o silêncio de Pinzon não era bastante para que não fosse devassado o seu passado, como era inteiramente inútil e ineficaz. De que servia o silêncio, se a cada instante chegavam a Castela pilotos e intérpretes de Dieppe” (idem) e vice-versa?

A discussão prossegue no mesmo tom, e não creio que haja necessidade de acompanhá-la por mais tempo. Na verdade, o fundamental para Capistrano já estava resolvido e consistia na absoluta impossibilidade de se levar em consideração a legitimidade das pretensões francesas pela inexistência de “prova documental”. Persiste apenas uma última dúvida: por que, diante de evidências tão fracas, eles continuavam a sustentar que haviam chegado ao Brasil antes de espanhóis e portugueses? Por uma única razão: a necessidade de se afirmar

o “orgulho nacional” francês frente a nações rivais, um velho inimigo da concepção moderna de história que mais uma vez conseguia abalar a objetividade, finalmente restaurada por Capistrano.

E as pretensões espanholas e portuguesas? Ao contrário das francesas, estas estão muito bem documentadas, dispondo de inúmeras testemunhas visuais que asseguravam que Vicente Pinzon, o irmão do Pinzon que teria acompanhado Cousin, enviado pela Espanha, e Pedro Álvares Cabral, por Portugal, haviam atingido a costa brasileira em 1500.

Pinzon chegou primeiro, em fevereiro, desembarcando no local que denominou Santa Maria de la Consolación, hoje conhecido como cabo de Santo Agostinho, no litoral de Pernambuco. Depois seguiu viagem pela costa na direção norte, até descobrir o rio Amazonas, que cognominou de Mar-Dulce, e, mais além, o cabo de Orange e o rio Oiapoque, que recebeu o nome de Vicente Pinzon.

Mas a viagem de Pinzon, embora cronologicamente anterior à de Cabral — o que Capistrano, nas suas grandes linhas, também confirma —, não foi sucedida de nenhum esforço sistemático de colonização por parte dos espanhóis, aos quais ao contrário dos portugueses, “nada devemos... nada influíram sobre nossa vida primitiva; prendem-se muito menos à nossa história do que os franceses” (cf. Capistrano, 1929, p. 69). Por isso, “sociologicamente falando, os descobridores do Brasil foram os portugueses, (pois) neles inicia-se a nossa história, por eles se continua por séculos, a eles se devem principalmente os esforços que produziram uma nação moderna e civilizada em território antes povoado e percorrido por tribos nômades” (idem).

No entanto, não devemos imaginar que o número e a qualidade dos testemunhos que atestavam as conquistas de Pinzon e de Cabral tenham inibido o aparecimento, inclusive dentro dos seus países de origem, de outros pretendentes à descoberta do Brasil.

A prioridade de Cabral em Portugal foi contestada em 1784 pelo frei Gaspar da Madre de Deus, que dizia possuir um documento, um testamento, segundo o qual João Ramalho teria chegado ao Brasil em 1490. Como, porém, “nem frei Gaspar viu o original do testamento, nem o publica, nem diz como houve a cópia de que se serviu” (cf. Abreu, 1929, p. 51), sua situação acaba sendo “idêntica a de Desmarquets” (idem, p. 49), já que não é possível se levar a sério sua versão, e ele termina sendo refutado com argumentos muito parecidos com os que Capistrano havia empregado para desmoralizar as pretensões francesas.

No que diz respeito a Pinzon, este terá de enfrentar um desafio mais sério, pois os seus feitos serão impugnados por um testemunho contemporâneo, de Américo Vespúcio, que afirmava ter alcançado a costa brasileira dez meses antes dele, em junho de 1499, na companhia de Alonso Hojeda e de Juan de la Cosa. Sucede, contudo, que o testemunho de Vespúcio é contrariado por outro de igual quilate, o de Hojeda, garantindo que o seu navio jamais aportara no Brasil.

Dessa forma,

“...os dois testemunhos contradizem-se anulam-se por conseguinte, e nem se pode combater o de Hojeda em nome de Vespucci, nem o de Vespucci em nome de Hojeda. O que se deve fazer é procurar testemunhos complementa-

res, que façam inclinar a balança a favor de um ou de outro. Felizmente abundam” (cf. Abreu, 1929, p. 41),

como o do próprio Juan de la Cosa, e pendem na direção de Hojeda, ou seja, de Pinzon.

De qualquer maneira, o que me interessa assinalar aqui é o aparecimento de um terceiro critério utilizado pela crítica histórica para chegar à verdade. Este critério estabelece que, se testemunhos contemporâneos igualmente coerentes forem contraditórios, a solução será dada pela quantidade, pelo número, procurando-se novos documentos capazes de resolver o impasse.

Como se pode perceber, o método crítico, tal como interpretado por Capistrano, implica a adoção de pelo menos três regras, simples, claras e sempre presentes na consciência do historiador: o privilégio da *testemunha visual*, daquela que assistiu pessoalmente aos eventos que reporta; a ênfase no caráter *lógico* do relato das testemunhas, como se a ambigüidade fosse sinônimo de equívoco ou falsidade, e a coerência, um pré-requisito para se acreditar na correspondência entre texto e realidade; e, como acabamos de ver, a utilização do *número* e da quantidade para dirimir dúvidas no caso de documentos que, embora satisfazendo as duas exigências anteriores, contivessem afirmações contraditórias.

Sempre presentes na consciência do historiador, essas regras e procedimentos terminaram sendo reificados e transformados em método, em uma espécie de *máquina*, aparelho intelectual que desconhece climas e estações, que é capaz de operar em qualquer época e lugar, através de um esforço que, curiosamente, funda a profis-

são de historiador tal como modernamente a entendemos e, no mesmo movimento, coloca-a fora do tempo e da história.

É evidente que, para que isto possa acontecer, tal método terá que supor a existência — ou a invenção — de um tipo especial de intelectual — o historiador —, um intelectual capaz de se desligar inteiramente dos seus laços de sangue, das suas lealdades políticas e religiosas e, neste momento da pesquisa, até mesmo das suas convicções intelectuais, para aderir a uma ocupação que, em troca, oferece-lhe, pelo método, um acesso privilegiado à verdade dos fatos.¹⁰

Note-se, porém, que o historiador não está sozinho nessa difícil empresa. Ele sempre pode contar com a companhia de uma espécie de “duplo”, ao mesmo tempo próximo e distante, com quem precisa manter um relacionamento constante, até porque ambos parecem partilhar os mesmos valores: a testemunha. Esta, de fato, tem que ser tão objetiva, coerente e imparcial quanto o historiador; tem que possuir o equivalente a um método crítico “natural” que lhe permita separar o olho do espírito, fazendo com que o primeiro, surdo aos reclamos da sensibilidade, registre apenas o que se passa “na realidade”, para que o olho do historiador, tão desarmado quanto o seu, possa mais tarde ler a inscrição do seu relato em um documento, como faz Capistrano, e transferir este conhecimento para outra época e lugar.¹¹

Mas será que essa etapa de crítica das fontes pode efetivamente ser pensada como o lugar da objetividade absoluta? Será que o próprio método, instrumento e garantia dessa imparcialidade, já não traz em si as marcas de alguma opção intelectual definida, ainda que não necessariamen-

te pressentida pelo historiador? Tenho a impressão de que um primeiro exame dos componentes do método, levantados nesta sumária exposição do texto de Capistrano, já nos pode indicar algumas pistas, nessa direção. Afinal, o claro empirismo que ele professa, aliado ao explícito louvor da coerência e da lógica, além do uso do número de testemunhas como critério para se alcançar a verdade, evidenciam um compromisso, ainda que indireto, complexo e matizado, com as propostas epistemológicas ligadas à síntese iluminista do século XVIII.

De fato, esta associação entre o iluminismo e a concepção moderna de história vem ao encontro de uma antiga intuição de Cassirer (1948), que sugere que, mesmo tendo conhecido a sua primeira grande sistematização na época romântica, num ambiente saturado de irracionalismo e de subjetividade — “*et pour cause*” —, esta concepção sempre procurou manter e fortalecer seus vínculos com a razão iluminista.

Acredito, inclusive, que tais vínculos poderão ser melhor estudados se voltarmos a Capistrano em busca de um quarto procedimento crítico, não tão explícito quanto os outros três mas que, talvez por isso mesmo, por já estar tão naturalizado que não precisa mais ser muito debatido, por já estar tão enraizado nessa concepção moderna que mal percebemos a sua existência, possa servir como intermediário para um melhor desvendamento dos pressupostos intelectuais da crítica histórica.

Este quarto procedimento a que estou me referindo envolve basicamente a necessidade de o historiador efetuar uma radical e inevitável *crítica da memória*, se é que ele realmente pretende atingir a verdade dos fatos. Capistrano, por exemplo, ao confron-

tar dois testemunhos contraditórios a respeito de um ponto específico da viagem de Vicente Pinzon afirma que não lhe parece que qualquer das duas opiniões possa prevalecer;

“...primeiro, porque a discordância que patenteiam enfraquece a ambas; segundo, porque foram expressadas de 1513 a 1515, muitos anos depois do acontecimento a que se referem (ocorrido em 1500), quando já não devia estar fresca a lembrança que dele guardavam” (cf. Abreu, 1929, p. 32).

Observe-se que em outra passagem, um pouco mais adiante, o autor volta a afirmar rapidamente a mesma posição, comentando a respeito de uma questão diversa.

“...que Pinzon esteve outra vez no cabo de S. Agostinho e que por conseguinte refrescou suas reminiscências” (cf. Abreu, 1929, p. 34).

A memória, portanto, parece ser uma faculdade que, para a concepção moderna de história, precisa ser constantemente “refrescada”, senão perderia toda a sua força, todo o seu poder de evocação. Ora, como isto obviamente não é possível, a não ser em casos muito especiais, ela passa a ser encarada com a mais absoluta desconfiança, definida como uma entidade que sofre de uma espécie de corrosão interna, corrosão que só faz se agravar com a passagem do tempo.

Na verdade, é precisamente esta conexão entre memória e tempo que eu gostaria de analisar um pouco mais detidamente, pois creio que a memória só começa a ser apontada como padecendo de um processo de corrosão, de inevitável erosão, quando se

associa a uma noção de tempo que se define como uma linha em movimento contínuo para a frente, na direção do futuro. Isto implica um abandono do modelo clássico, o que faz com que os homens redirecionem literalmente o seu olhar e as suas esperanças, desviando-os do passado e concentrando-os no porvir, o que, entre várias outras coisas, provoca um gradual mas crescente enfraquecimento da memória, pouco a pouco substituída pelo esquecimento (cf. Koselleck, 1985, p. 130-155, 213-218).

Assim, é justamente o surgimento desta definição iluminista do tempo, assimilado ao progresso, convertido em linha que se desloca inelutavelmente numa única direção, que vai separar o que chamávamos antes de espaço de experiências, base da concepção clássica da história, do horizonte de expectativas do homem moderno, horizonte que vai agora se fixar apenas no futuro, um futuro que parece dispensar todo e qualquer ensinamento veiculado pela tradição, relegando-a à mais absoluta obscuridade.

Tal processo tende a transformar dessa maneira, a tradição em um monte de ruínas, restos inúteis de uma caminhada que sempre encontra o seu sentido mais à frente, além de desativar progressivamente a memória e, o que me parece crucial para a invenção da crítica histórica, tornar o passado um lugar sombrio, misterioso, presidido pelo esquecimento, onde praticamente qualquer coisa pode ter acontecido.

Não me parece casual, portanto, que tenha sido precisamente nesta época que apareceram os primeiros romances de terror da literatura ocidental, as novelas “góticas” de Robert Walpole e Ann Radcliffe, nem que estas estórias se desenrolassem

justamente em cenários da Idade Média, “lúgubres” castelos medievais que até poucos anos atrás ainda conservavam pelo menos parte do seu antigo esplendor.¹²

Resumindo: o que eu estou querendo sugerir é que parece haver uma estreita conexão entre o predomínio de uma noção iluminista do tempo, o rápido e profundo desprestígio da memória, da tradição e da concepção clássica de história, e a conversão do passado em matéria de terror. Na verdade, essas conexões me são tão importantes porque acredito que seja exatamente em função do quadro que elas esboçam que pode ser explicado o surgimento da concepção moderna e do aparelho crítico que a acompanha.

Isto ocorre porque tal concepção parece receber a incumbência de dirigir-se na direção do passado, deste novo passado, obscuro e esquecido, quase assustador, e nele procurar, através da aplicação do seu método aos escombros da tradição, agora convertidos em documentos, as evidências que permitiriam a reconstrução do seu verdadeiro rosto. Assim, ao contrário do restante da civilização, que olhava e caminhava para adiante, a história deslocava-se para atrás, procurando expurgar o caos, a desordem e o terror que ali pudessem ser encontrados.

O método crítico, lembremo-nos, podia ser descrito como uma máquina que se situava *fora* da história, fora da “linha do tempo”, simplesmente porque, na verdade, ele se movimenta *contra* a história, na direção oposta àquela seguida pelo progresso.

Tenho inclusive a impressão de que é esta característica que explica uma certa ambigüidade que parece assolar a profissão de historiador pois, se por um lado, ela é reconhecida

como uma das atividades essenciais do “imaginário ocidental” — porque afinal disciplina o passado, extirpando o trágico que ali possa brotar —, a história, por outro, só consegue atingir este objetivo alheando-se completamente dos interesses que cercam a maioria dos mortais, esquecendo-se do futuro para mergulhar numa gigantesca teia de erudição que, de um ponto de vista prático, preocupado com o progresso, é absolutamente gratuita.¹³

Mas a história não está isolada no esforço de empregar o seu potencial disciplinador a serviço desta concepção iluminista do tempo. Creio, mesmo, que essa noção do tempo como um processo só é possível, só será adotada, se a ela se associarem uma série de discursos que tenham condições de aumentar o seu poder de persuasão, aparando os pontos de incerteza que ela pode trazer.

Assim, só para dar um exemplo: não creio que o desprestígio da tradição e da memória, que a separação entre o espaço de experiências e o horizonte de expectativas da modernidade tenham criado oportunidades para o florescimento do terror apenas no passado. O futuro, afinal, não só perde as “luzes da história”, diminuindo drasticamente a capacidade de os homens se orientarem dentro dele — como demonstra a citação de Tocqueville que serve de epígrafe a este trabalho —, como também passa a depender de um tempo que avança incessantemente como se fosse uma “flecha”, sem que se saiba rigorosamente qual a direção que ele vai tomar, se, como, quando e onde ele pode parar (cf. Koselleck, 1985, e Ricoeur, 1980).

O tempo linear, portanto, além de produzir o esquecimento do passado, gera a mais terrível incerteza, a mais completa *imprevisibilidade* em rela-

ção ao futuro, imprevisibilidade que só pode ser superada se o mesmo papel desempenhado pela história na retaguarda, na ponta detrás da linha, for exercido pelas ciências físicas e naturais na ponta da frente. O progresso, então, será sempre o progresso da ciência, da ciência moderna, de uma ciência que se movimenta e se transforma juntamente com o tempo, tornando-se, por conseguinte, capaz de substituir a sabedoria “estática” que o modelo clássico fornecia, na tentativa de garantir que a posteridade não nos reserve abismos e tragédias tão grandes quanto os que a história tenta eliminar no passado.¹⁴

Imagino, a essa altura, que o ideal de absoluta objetividade e distanciamento que a concepção moderna de história, em geral, e Capistrano, em particular, tentam cultivar e promover, mesmo quando circunscrito apenas ao método, à fase de crítica e de classificação dos documentos, como parece ser a posição do nosso historiador, dificilmente pode ser sustentado. De fato, como já foi visto, tanto ao nível dos seus componentes intrínsecos, dos procedimentos críticos que abriga, quanto ao dos seus pressupostos, e especialmente aí, este método é tributário de argumentos que derivam diretamente da matriz iluminista.

Esta solução, contudo, não resolve todos os problemas levantados pela questão que vínhamos perseguindo, que é a do relacionamento entre objetividade e comprometimento intelectual do historiador. Resta ainda a discussão do próprio tema da objetividade, ou seja, resta indagarmos como e por que o ideal de uma disciplina absolutamente realista e imparcial adquiriu tal prestígio entre os praticantes da concepção moderna de história que, com frequência, mal per-

cebem o caráter “informado” das formulações que, quase como “aprendizes de feiticeiro”, acostumaram-se a utilizar.¹⁵

Observe-se que não tenho dúvidas de que os incidentes que compuseram o pano de fundo da invenção desta concepção, em particular o gigantesco conflito suscitado pela Revolução Francesa, ajudam a compreender o privilégio que esta definição objetiva e factual da verdade acabou por receber. Entretanto, uma coisa é a discussão das características localizáveis no ponto de partida de uma proposta, e outra, bem diferente, é a nossa interrogação sobre as razões que determinaram a sua perenização, a sua transformação em algo cristalizado, permanente e obrigatório, prolongando-se até incluir um autor como Capistrano de Abreu.

Creio, porém, que a exploração desse aspecto da questão só poderá prosperar se considerarmos o segundo texto de Capistrano, “O descobrimento do Brasil”, publicado no *Livro do Centenário*, dezessete anos depois do volume que acabamos — parcialmente — de examinar.

5. Narrativa e verdade

“O descobrimento do Brasil”, editado em 1900, não traz alterações substantivas às conclusões indicadas por Capistrano na sua tese de concurso. Agora, ele nem fala dos franceses, e continua apontando Pinzon e Cabral como os verdadeiros descobridores do Brasil. Todavia — e este é o ponto que eu gostaria de destacar — essas mesmas considerações passam a ser apresentadas sob uma forma narrativa, forma que não só explicita e dá um relevo absoluto ao tempo linear, confirmando sua importância para esta concepção, como tam-

bém parece-me ser o melhor caminho para entendermos as razões que sustentaram a influência e o fascínio daquele ideal de objetividade na história.

Antes de nos determos em uma discussão mais geral das características da narrativa, é necessário que seja feito um breve resumo do livro de Capistrano, até para que a discussão possa ser mais densa, nuançada e convincente.

O primeiro parágrafo do texto já anuncia tanto os dois principais personagens quanto o relacionamento que irá se estabelecer entre eles. Capistrano começa discutindo o nome do Brasil e explicando que “nossa pátria” deve seu nome “a um pau, matéria-prima de certa substância vermelha, empregada nas tinturarias medievais e modernas”, um pau originário do Oriente, como as especiarias, o marfim e as pedras preciosas, e que entrava portanto “no trato que, desde eras apartadas, mais ou menos ligava ao europeu o extremo continente asiático” (cf. Abreu, 1929, p. 191).

O Brasil, conseqüentemente, tem o seu nome, a sua identidade, a sua descoberta, enfim, associados ao velho comércio entre Ocidente e Oriente, em particular com a Índia, comércio cuja história Capistrano principia a nos contar através da figura de Alexandre da Macedônia. Teria sido na época do seu império que os europeus conseguiram pela primeira vez um intercâmbio regular com os hindus e com outros povos da região, intercâmbio mantido, ainda que de forma precária, durante os reinos helenísticos e o Império Romano. Com a irrupção dos “bárbaros” na Europa Ocidental e a investida do Islã sobre Bizâncio, este tráfico diminuiu de forma acentuada, subsistindo de maneira quase residual durante a maior parte da Idade Média.

A partir do século IX, contudo, a vida marítima começa a renascer em torno do Mediterrâneo, essencialmente em função de venezianos, genoveses e catalães. Eles realizavam de início um comércio bastante acanhado, tanto que preferiam não enfrentar as “cóleras do Atlântico”, limitando-se a percorrer os portos da região, onde eram forçados a depender de “intermediários sobranceiros e despóticos, cada vez mais incontentáveis” (cf. Abreu, 1929, p. 201), como a Síria e o Egito, para conseguir alguns gêneros provenientes do Oriente.

Entretanto, “as viagens repetidas no Mediterrâneo formaram marinheiros peritos; a arte náutica forneceu-lhes embarcações capazes; a invenção da bússola permitiu-lhes fixarem em cartas exatas o aspecto das costas e apartarem-se delas sem receio de se perderem nos plainos oceânicos; (e assim), desde o século XIV, genoveses primeiro e logo depois venezianos estabeleceram navegação regular entre o Mediterrâneo e o Atlântico” (cf. Abreu, 1929, p. 197).

Ocorre que, “colocada à meia distância, Lisboa elevou-se à escala considerável da carreira, graças à excelência do seu porto. O exemplo, o contato, a cobiça, despertaram no povo português o desejo de imitar os estrangeiros; vieram mestres de Gênova; começou-se e consumou-se rápida a aprendizagem; em poucos anos surgiu vigorosa a marinha portuguesa” (cf. Abreu, 1929, p. 197-198).

Fruto da expansão do comércio mediterrâneo pelo Atlântico, a aventura marítima portuguesa também começa, no princípio do século XV, de maneira extremamente cautelosa, explorando basicamente a costa ocidental da África, primeiro até o cabo Bojador e, mais tarde, até o cabo Verde. A descoberta deste último, porém, teve

uma repercussão bem maior do que o seu valor comercial ou militar.

Afinal, até este ponto os portugueses guiavam-se cegamente pela cosmografia de Ptolomeu, que dividia “o mundo, que conhecia, em três partes, que são a média habitada, a ártica não-habitável, por causa do frio, e a tropical, inabitável por causa do seu ardor” (cf. Abreu, 1929, p. 199). Ora, a “vida pululante”, as árvores imensas e os inúmeros povos encontrados na altura do cabo *Verde* denunciavam a “inanidade do saber antigo” e crivavam de dúvidas o até então incontestado sistema de Ptolomeu.

Como quem erra uma vez pode errar outras, os portugueses começaram a se questionar sobre o “mar das Índias”, que Ptolomeu separava completamente do Atlântico, prolongando a África até o Pólo Sul. Não seria possível, encontrar-se uma passagem, uma comunicação entre os dois oceanos?

Esta questão passa a obcecar os portugueses, transformando-se na finalidade básica da sua expansão ultramarina. Significaria, se resolvida, a realização de um duplo objetivo, religioso e mercantil, pois por um lado permitiria o encontro com o Preste João, mítico soberano oriental de fé cristã (nestoriana), com quem se poderia celebrar uma aliança contra o Islã, e por outro garantiria a superação daqueles desagradáveis intermediários, já citados, que dificultavam sobremaneira o intercâmbio com o Leste.

Será nesta direção, portanto, que todos os esforços portugueses irão se concentrar, buscando enfaticamente encontrar um caminho marítimo que os ligasse com a Índia através do Oriente. Este alvo, contudo, só será alcançado no final do século, em

1486, quando Bartolomeu Dias descobre o cabo das Tormentas, logo rebatizado, por motivos óbvios, para cabo da Boa Esperança, descoberta que representa o ponto final desta primeira seqüência da narrativa de Capistrano.

Passando para a segunda seqüência, verificamos que Capistrano continua a perseguir a evolução do comércio entre Ocidente e Oriente, só que agora com a China, e não com a Índia, o que coloca a seda no lugar das especiarias como o mais valioso item do intercâmbio que, pouco a pouco, começa a se desenvolver entre as duas regiões.

Pouco a pouco, de fato, pois as relações com a China conheceram inúmeras idas e vindas, ao sabor das pestes e das guerras, ao “influxo das constelações nacionais e internacionais: ora os Chins avançavam, e recuavam a gente ocidental, ora dava-se o contrário; umas vezes o Celeste império apresentava-se unido, hospitaleiro, tolerante, outras fragmentado, segregado, rompia em manifestações fanáticas e hostis” (cf. Abreu, 1929, p. 208).

Finalmente, com a chegada dos mongóis no século XIII, vindos do centro da Ásia, estabelece-se na China um império forte e pacífico que, estendendo-se do Vístula ao mar do Japão, oferecia uma base firme para o incremento do comércio com o Ocidente. Este, na verdade, recebeu a chegada dos mongóis com um “terror sagrado”, o qual, porém, logo cedeu “quando se soube da existência de numerosos cristãos entre eles, . . . vivendo . . . na melhor harmonia, negociando suas mercadorias, (e) exercitando seus ofícios” (cf. Abreu, 1929, p. 209).

Além disso, “na maioria não-cristã, longe de dominar o fanatismo carac-

terístico dos sarracenos, sentia-se a diferença completa, se não a tolerância larga e a ausência de quaisquer preconceitos sectários” (cf. Abreu, 1929, p. 209), o que levava os europeus a supor que, “se os soubessem dirigir bem, os Mongóis poderiam tornar-se auxiliares prestimosos e aliados da cristandade na luta contra o Islã” (idem). Para tanto, o papa e o rei da França cuidaram de enviar uma série de embaixadas ao Grande Kã, embaixadas que, diga-se de passagem, não conseguiram nada de positivo.

No entanto, para Capistrano, “maior atenção que esses enviados pontifícios e reais pedem os Polos” (cf. Abreu, 1929, p. 210), mercadores venezianos que realizaram a façanha de construir um relacionamento estreito e duradouro com os mongóis. Nosso historiador conta com algum detalhe a viagem dos Polos, mas não me parece que a viagem em si seja o móvel principal do seu interesse. Para ele o que mais importa são as repercussões do relato das viagens em especial no espírito de um sábio florentino chamado Paolo Pozzo de Toscanelli. Toscanelli, em 1474, “fora consultado por ordem do rei de Portugal (para se saber) se haveria para a Índia um caminho por mar mais curto que o de Guiné, feito até então pelos portugueses, aliás sem lograrem ainda chegar em terra tão desejada” (cf. Abreu, 1929, p. 213) pois, lembremo-nos, o caminho para as Índias pelo Oriente só viria a ser descoberto em 1486.

O que se necessita assinalar é que, na sua resposta, decisivamente inspirado pela narrativa de Marco Polo, Toscanelli sugere aos portugueses uma outra rota para se atingir o Oriente, uma rota completamente diferente da que eles vinham utilizando até então, pois indicava o oeste e

não o leste como o caminho mais apropriado para se alcançar as Índias.

Note-se que a solução preconizada por Toscanelli não era exatamente nova, pois baseava-se em “teorias correntes desde a antigüidade clássica: a esfericidade da terra, a identidade entre o oceano ocidental da Europa e o oceano oriental da Ásia, (e) a pouca distância entre as extremidades dos dois continentes” (cf. Abreu, 1929, p. 214). Todavia, o que parece ter tido um efeito crucial foi justamente a enorme riqueza de detalhes, essencialmente derivados do texto de Marco Polo, com que ele recheou a sua proposta, tornando-a extremamente concreta e particularizada e, conseqüentemente, aumentando bastante a sua capacidade de persuasão.

Esta capacidade, se não conseguiu fazer com que os planos de Toscanelli fossem bem recebidos na corte portuguesa, garantiu-lhe ao menos um fervoroso adepto, um desconhecido marinheiro genovês que para lá havia sido atraído no processo de organização da Marinha portuguesa: Cristóvão Colombo. E, com Colombo, encerra-se a segunda seqüência do texto que estamos examinando.

Na terceira, retornamos a Portugal para aí encontrar Colombo, tão interessado nas sugestões que acabamos de resenhar que “se pode dividir sua vida em dois períodos bem caracterizados: antes e depois da epístola e da carta geográfica de Toscanelli” (cf. Abreu, 1929, p. 215). Deste modo, não é de se estranhar que ele tenha empregado todos os argumentos para tentar convencer os portugueses a financiarem uma expedição no rumo indicado por Toscanelli. Não obtendo êxito em seu intento, terminou sendo expulso de Portugal em 1484, por motivos ainda não revelados pela documentação.

Forçado a se transferir para a Espanha, lá retoma sua pregação com o mesmo fervor, até que, em 1492, depois de oito anos de esforços inúteis, consegue persuadir os soberanos espanhóis a custearem as despesas de seu projeto. Realizou quatro viagens sempre encontrando terra e sempre certo de que havia chegado à Índia. Afinal, se era o mesmo oceano que banhava o flanco ocidental da Europa e o oriental da Ásia, tudo o que fosse descoberto por este caminho estaria necessariamente situado no Oriente.

Colombo, assim, sempre imaginou ter chegado às Índias. Acreditava piamente que uma parte do litoral cubano constituía-se na península de Málaga e, em sua última viagem, “ouvindo falar vagamente de um mar do outro lado da terra, confirmou-se mais na sua teimosia: andava no golfo de Bengala, do outro lado demorava a Índia anterior, só restava achar o estreito, isto é, o caminho para lá” (cf. Abreu, 1929, p. 223).

Na verdade, por essa época, todos pareciam andar em torno do que Capistrano chama de “ciclo das idéias de Toscanelli”, inclusive o marinheiro espanhol Vicente Pinzon, que em 1499 consegue permissão para armar uma expedição, com a ressalva de que suas licenças para descobrir excluía todas as terras anteriormente visitadas. Isto o força a se deslocar para o sul e, como já foi visto antes, leva-o a descobrir o Brasil, o qual, reproduzindo o equívoco de Colombo, tomou como a ilha de Ganges, na costa da Índia.

A terceira seqüência termina aqui. No princípio da quarta, voltamos mais uma vez a Portugal, em torno de 1487, um momento particularmente calmo e feliz da história da aventura ultramarina portuguesa. Tal felicidade se explica, entre várias outras coisas, pela descoberta do caminho ma-

rítimo para as Índias, coroamento de mais de cinquenta anos de esforços para se localizar uma passagem entre o oceano Atlântico e o Índico.

No entanto, esta “quietude foi perturbada por um acontecimento imprevisto. Em março de 1493 entrou pela barra do Tejo acossada pelos temporais uma caravela espanhola, a Niña, trazendo a bordo Cristóvão Colombo, o mesmo dos planos de viagem do Levante pelo Poente rejeitados pela junta nomeada para examiná-los: o emigrado de Portugal, “insaluto hospite”... Descobriria as terras prometidas, blasonava; e provava-o até certo ponto, apresentando não especiarias, perfumes e estofos, (mas) alardeando homens evidentemente diversos dos brancos da Europa e dos negros da África” (cf. Abreu, 1929, p. 229).

A inesperada visita de Colombo tem o efeito de despertar ciúmes, recordar frustrações e avivar antigas feridas, causando tal reboição na corte que se chegou a cogitar de matá-lo, desafiando-o para um duelo que certamente lhe seria fatal. No entanto, a principal consequência da sua estada parece ter sido a de finalmente conseguir interessar Portugal na rota ocidental para a Ásia, interesse que se evidencia pela disputa que passa agora a travar com os espanhóis em torno das terras a serem descobertas a oeste, disputa enfim regulada pelo tratado de Tordesilhas.

É, portanto, dentro de um quadro de interesses bem mais complexo, que já comporta pretensões a leste e a oeste, que os portugueses vão enviar a expedição de Vasco da Gama à Índia, expedição cujo bem-sucedido retorno obriga o rápido preparo de uma outra: a de Pedro Álvares Cabral.

Esta, a caminho das Índias, desvia-se para oeste e acaba por descobrir

o Brasil para Portugal. E o Brasil recebe desde o primeiro momento uma identidade específica, um nome próprio inspirado “num pau, matéria-prima de certa substância vermelha” — lembremo-nos do início do texto —, pois havia a bordo da expedição de Cabral marinheiros que já tinham visitado a África e a Ásia, com Vasco da Gama, aptos por conseguinte a evitar o erro de Pinzon e a começar a desmontar o “ciclo das idéias de Toscanelli”, atestando que haviam chegado a uma nova terra.

Quero observar, antes de prosseguir, que o texto de Capistrano não se encerra exatamente aqui, contendo ainda outras seções que descrevem os grupos indígenas que habitavam a costa brasileira no momento da descoberta, informam sobre o restante da viagem de Cabral e sobre os primeiros esforços desenvolvidos pelos portugueses para explorar e colonizar a terra que tinham acabado de encontrar.

Entretanto, para os propósitos da minha análise, isto é, a discussão da narrativa histórica em Capistrano de Abreu¹⁶, essas outras seções funcionam quase com um anticlímax ou um *post-scriptum*. Creio, de fato, que a conclusão do relato se dá com a descoberta do Brasil, antes do final do texto, pois é somente com ela que o longo movimento de contato entre o Ocidente e o Oriente, iniciado por Alexandre da Macedônia, parece finalmente completar o seu sentido.

E é possível, inclusive, aproveitarmos essa questão para dar partida na análise propriamente dita, pois uma das características principais da narrativa é precisamente a de que ela possui um começo e um fim extremamente bem-definidos e solidamente articulados entre si, um como que presupondo a existência do outro (cf.

Jauss, 1978, p. 92). Se isto é verdade, se o princípio e o fim possuem efetivamente esta importância, é evidente então que o tempo que transcorre entre eles terá que levá-la em consideração, movimentado-se numa direção determinada, para a frente, para o futuro, para o final, exatamente como o tempo iluminista que discutimos em função do texto anterior de Capistrano.

No primeiro texto, a tese de concurso de 1883, este tempo linear aparecia apenas como um suposto, de importância estratégica, decisiva para a própria definição do método histórico, mas com uma presença praticamente invisível, provavelmente não-presentida nem mesmo por Capistrano. Neste segundo trabalho, ao contrário, ele vai desempenhar um papel central pois, de certa maneira, ao ocupar todo o espaço que separa o início do final, ele se confunde com a própria narrativa, ou melhor, consegue amoldá-la em função das suas características particulares.

Mas de que forma, especificamente, essa noção iluminista do tempo orientaria a narrativa? A certeza de que se trata de uma linha que se desloca compulsoriamente em uma única direção tem levado alguns autores, em especial aqueles que adotam uma postura mais crítica em relação à concepção moderna de história (cf. nota 15), a identificarem esta linha com uma *cronologia*, o que faria com que os seus episódios conhecessem apenas uma sucessão e uma causalidade bem simples, um vindo depois do outro, o que vem atrás ocasionando o que vem à frente e assim por diante.¹⁷

Ora, o problema é que a narrativa também comporta outra dimensão além da episódica, aquela que Paul Ricoeur (1980 e 1984) chama de *configuracional*, dimensão que aponta di-

retamente para a categoria central da narrativa, a idéia de *enredo*.

De fato, o que me parece essencial tanto na narrativa quanto no tempo linear que a envolve é que ambos não só oferecem uma linha para acolher e abrigar os mais distintos eventos, como também os articulam entre si, conseguindo “deduzir um padrão de uma sucessão”, construindo e associando “totalidades significativas” a partir de episódios dispersos e isolados, fazendo finalmente com que,

“para ser histórico, um evento deve ser mais do que uma ocorrência singular: ele recebe a sua definição em função da sua contribuição para o desenvolvimento de um enredo” (cf. Ricoeur, 1980, p. 171).¹⁸

Recordemos brevemente, por exemplo, o texto de Capistrano: ele está dividido em quatro seqüências e cada uma delas possui uma cronologia própria, diferente, mas não isolada das outras. Com isso, os episódios que ele descreve distribuem-se e articulam-se dentro de cada uma destas seqüências a partir de uma temporalidade específica, formando diversos quadros que, quando se comunicam, quando se entrelaçam, costuram uma teia que enreda literalmente a narrativa.

Não há dúvidas de que a narrativa é sempre composta de eventos, eventos que caminham para o final. Ocorre apenas que eles caminham associados, presos em uma rede que transforma meros acontecimentos em partes de uma intriga mais ampla, em um movimento extremamente complexo que, embora sempre tenda para o fim, conhece paradas, desvios e recuos, desde que isto seja necessário para a configuração que, tornando as seqüências e os episódios absoluta-

mente interdependentes, acaba por dar sentido ao texto.

É lógico que da ligação entre tempo linear e enredo decorrem uma série de conseqüências que afetam de perto a própria natureza da narrativa. Acredito que, dentre elas, duas devam ser imediatamente destacadas: a primeira me parece bem mais evidente e deriva diretamente da modelagem e da padronização que o enredo termina por impor à narrativa. Ela se refere ao caráter *fechado* do discurso narrativo, isto é, ao fato desse discurso, possuindo verdadeiro horror à incompletude, ao vazio, pretender reunir todos os fios soltos do texto para criar uma imagem absolutamente coerente, regulada e compreensível da realidade, uma imagem onde tudo, até o acaso, como no episódio das tormentas que levam Colombo à Lisboa, pode e deve fazer sentido (cf. White, 1985, e Jauss, 1978).

A segunda conseqüência desenvolve e completa de certo modo a primeira, pois salienta que este discurso que se move para a frente de maneira absolutamente consistente e ordenada culmina com uma ‘disciplinariização’ do real, direcionando todos os episódios, seqüências e configurações da narrativa no rumo do seu *final*. Neste sentido,

“a conclusão da história é o pólo de atração de todo o processo” (cf. Ricoeur, 1984, p. 227),

pois é como se ela estivesse não só no fim, mas também ao longo de todo o desenvolvimento do enredo.

Desta forma, no caso de Capistrano, desde as conquistas de Alexandre da Macedônia até a já referida volta acidental de Colombo à Lisboa, passando pela descoberta do cabo Verde e o conseqüente desprestígio de Ptol-

meu, pela conquista da China pelos mongóis, pela viagem dos Polos e pela carta de Toscanelli, tudo se encaminha na direção da descoberta do Brasil, ponto de junção da dimensão episódica com a configuracional, ponto de chegada que é também, por isso mesmo, ponto de partida, orientando todo o movimento da narrativa na sua direção.

O predomínio da conclusão sobre os outros momentos e partes da narrativa nos obriga inclusive a meditar um pouco sobre a visão de mundo eminentemente tranquilizadora e consoladora que ela parece gerar. Afinal, como diz Benjamin — um tanto enigmaticamente — a respeito do romance,

“um homem que morre aos trinta e cinco anos aparecerá sempre, na *rememoração*, em cada momento da sua vida, como um homem que morre aos trinta e cinco anos” (cf. Benjamin, 1985, p. 213).

O final, portanto, parece se colar a todos os momentos da narrativa, enchendo de sentido e orientação todos os seus desdobramentos, e aperfeiçoando, como foi dito antes, aquela visão do real como algo completo, regular, plena e coerentemente ordenado, que o enredo dá a impressão de produzir.¹⁹

Na verdade, tal vocação ‘disciplinadora’ e antitrágica da narrativa pode ser confirmada se, ao explorarmos um pouco mais esta supremacia da conclusão, percebermos que ela complementa de certo modo uma das características básicas do método crítico. Este, lembremo-nos, caminhava ao contrário do tempo moderno, para trás, para o princípio, disposto a ordená-lo e a discipliná-lo, a expulsar dali o terror que viesse a encontrar, deixando a tarefa de fazer o mesmo

à frente, no futuro, para as ciências naturais.

Ora, o tempo narrativo parece trabalhar paralelamente a estas ciências — e ao método crítico — complementando-as, pois enquanto elas se obrigam a um progresso contínuo, equivalente ao incessante movimento do tempo linear, a narrativa confecciona um real no qual este tempo, esta flecha, finalmente pára, aceitando uma conclusão. Uma conclusão que consegue até incorporar a categoria que aparentemente possuía o potencial para causar mais terror no que se refere à visão moderna do futuro: a imprevisibilidade. Assim, como diz Ricoeur (1984, p. 277), “uma conclusão narrativa não pode ser nem deduzida nem prevista. Não há história a menos que a nossa atenção seja mantida em ‘suspence’ por mil contingências”, pois só assim conseguiremos “seguir a história até a sua conclusão”. No entanto, esta incorporação da imprevisibilidade já não causa mais nenhuma apreensão, nenhum horror, já não é signo de nenhuma possível desordem futura, pois ela só aparece para ser domesticada, disciplinada, na medida mesmo em que um final, se não pode ser previsível, tem que ser necessariamente *aceitável* (idem), ou seja, tem que surgir como uma consequência “natural”, ainda que inesperada, do enredo, o que, visto retrospectivamente, “na rememoração”, retira qualquer tragicidade ao imprevisível, deixando-o apenas na companhia do suspense.

A narrativa, enfim, parece ir-se definindo como uma forma específica, especial, de se concretizar e retrabalhar o tempo iluminista, o tempo histórico, ou melhor, o tempo da concepção moderna de história. Acredito que a reunião das características até aqui apontadas já é suficiente para

nos permitir esta primeira conclusão, conclusão que, de certo modo, possibilita o estabelecimento de um elo, mesmo ténue, entre os dois textos de Capistrano que aqui foram discutidos.²⁰

Entretanto, ainda permanece de pé uma questão levantada anteriormente, e que diz respeito à análise do nosso problema inicial do relacionamento entre objetividade e posicionamento intelectual do historiador. Tal questão se interrogava precisamente acerca da obsessão pela imparcialidade, da constante e insaciável busca de um lugar neutro, pretensamente desvinculado de qualquer compromisso, de onde se poderia olhar diretamente sobre o real.

Sem aspirar a responder completamente a ela, tenho a impressão, todavia de que o seu encaminhamento poderia ser beneficiado se a colocássemos em contato com a quarta e última característica do discurso narrativo, uma característica que não está exatamente no mesmo plano das outras, pois mantém uma relação apenas indireta com o tempo linear e se preocupa basicamente com a *ocultação do narrador* na narrativa moderna.

De fato, o narrador parece ser um pouco como Deus, pois está em toda parte, mas nunca é visto por alguém, salvo às vezes nas notas de pé de página, fora da narrativa, o que produz algumas conseqüências da maior relevância. Em primeiro lugar, a transformação do relato histórico em espetáculo, mas um espetáculo especial, onde as coisas — e as pessoas — falam por si mesmas, onde os próprios personagens parecem atuar como protagonistas, exibindo-se em carne e osso para o leitor sem a interferência de qualquer vontade, de qualquer subjetividade externa (cf. Jauss, 1978, p. 93/94 e White, 1980).

A ocultação do narrador cria, por conseguinte, na narrativa uma impressão de objetividade tão forte quanto aquela que o método crítico pretendia fabricar. Mas, repetindo a indagação que havíamos voltado a levantar há pouco, como e por que isto pode ser explicado? A que se liga esta gigantesca vontade de verdade?

Afinal, como coloca Hayden White, se estivéssemos tratando com textos que lidassem explicitamente com eventos imaginários, matéria-prima do discurso de ficção, não haveria o menor problema: quem poderia estranhar se, nesse tipo de discurso uma pedra ou uma árvore subitamente comesçassem a falar? Agora, quando se enfoca um discurso que tem exatamente a intenção inversa, de fugir da ficção e refugiar-se nos fatos, torna-se evidente que esta questão precisa ser um pouco mais discutida (cf. White, 1980, p. 8).

Na verdade, o próprio White começa a tentar respondê-la, sugerindo que este lugar neutro e oculto, esta fortaleza escondida de onde nos fala o historiador, parece ser fundamentalmente o lugar da *autoridade*. Assim, aquela breve alusão que fazíamos há pouco entre o historiador e Deus não precisa ser tomada como demasiadamente gratuita. Ela serve ao menos para nos lembrar que este retraimento absoluto na narrativa, contraface daquela exigência de absoluta objetividade na crítica, atua na verdade como um poderoso legitimador dos vários pressupostos que, como foi visto, povoam o discurso da concepção moderna de história, multiplicando por mil a sua influência, a sua validade e o seu poder de persuasão, pois ela nunca fala com sua voz nem com sua própria face, mas apenas com a face e voz da verdade, da verdade dos fatos.

Parece ser esta ampliação da autoridade, finalmente, que explica por que aquela obrigação de imparcialidade, introduzida emergencialmente na época da Revolução Francesa, conseguiu se firmar e se transformar em característica permanente e automática do moderno discurso histórico.

6. História e tragédia

Para encerrar, gostaria de colocar uma última questão que se interroga sobre o sentido, o objetivo e a finalidade desta autoridade que acabamos de surpreender, indagando com Paul Ricoeur, aqui numa formulação tipicamente kantiana, qual o “interesse” da história, qual o “horizonte teleológico que orienta a sua atividade cognitiva” (cf. Ricoeur, 1984, p. 294)? Perguntando com Kant, que vai tentar responder com Habermas, indicando que “nosso interesse último em fazer história é alargar a nossa esfera de comunicação”, pois “este interesse expressa a situação do historiador como um membro do próprio campo que estuda” (idem, p. 294).

Sem pretender discordar dessa última posição, pois não duvido que o estudo da história aumente o nosso repertório de alternativas culturais, ajudando-nos a “revelar as possibilidades encobertas do presente” (cf. Ricoeur, 1984, p. 294), creio que ela precisa ao menos ser associada a uma outra, que vincula a atividade histórica a uma vontade de evitar ou de eliminar a *tragédia*.²¹

Na verdade, o confronto com a tragédia parece constituir-se em um traço de união que, além de articular o método crítico com a prática narrativa, permite que se vislumbre uma ligação entre as concepções clássica

e moderna de história. Desse modo, no que se refere à primeira delas, vemos que o esforço para se subjugar o caos, o acaso e o terror, passa pela afirmação de uma autoridade *explícita* que se vale da legitimidade conferida pela tradição para edificar modelos que se pretendem capazes de assegurar orientação e verdade aos homens.

A crise desses modelos, crise precipitada e simbolizada pela Revolução Francesa, evidencia a urgente necessidade de uma transformação radical dos procedimentos clássicos de combate ao trágico, de uma reforma do socratismo, reforma que incluiria a adoção de novas formas de luta, mais matizadas e sutis.

É precisamente como uma resposta a esta crise que a definição moderna de história virá a ser elaborada, substituindo a verdade “ética” pela verdade “dos fatos” e, ao mesmo tempo, tornando esta última completamente inquestionável, inteiramente acima de qualquer controvérsia política ou moral. Isto ocorre porque a verdade “dos fatos” se funda em mecanismos críticos e narrativos — de composição uniforme e alcance universal — que criam a impressão de que ela é fruto de uma razão absolutamente pura e transparente, supostamente afastada de qualquer posicionamento intelectual ou projeto de poder, e influenciável apenas, através de sentidos igualmente uniformes e universais, pelos dados da realidade.

Assim, é justamente a conversão do lugar de onde o historiador fala em um espaço *invisível* que vai promover o fortalecimento de sua autoridade, aumentando a influência e o poder de persuasão da reconfortante e reguladora ótica por ele veiculada, em um movimento que só faz ampliar a eficá-

cia do papel desempenhado pela concepção moderna de história nesta incessante batalha travada pelo Ocidente contra a tragédia.

Notas

1. Sobre a concepção clássica de história, pode-se consultar os trabalhos de Arendt, 1972, Furet, 1982, Veyne, 1984, e Koselleck, 1985.

2. Esta expressão é especificamente analisada no livro de Koselleck, 1985, p. 21-38.

3. No que se refere a esta fórmula, deve-se procurar o texto de White, 1985, p. 124.

4. A "querela entre os antigos e os modernos" envolveu uma discussão a respeito da validade dos modelos clássicos na Europa do século XVII e está bem resenhada em Jauss, 1978. Quanto aos antiquários, eles se constituíram em colecionadores de antigüidades que, no século XVII, foram os primeiros a se relacionarem com elas mais preocupados com a sua verdade factual do que com o valor moral dos ensinamentos que podiam proporcionar, e são discutidos pelo texto de Momigliano, 1983, p. 244-293.

5. A idéia de revolução, em particular no século XVIII, é examinada pelos trabalhos de Arendt, 1971, Furet, 1978, e Koselleck, 1979 e 1985.

6. A questão do relacionamento entre objetividade e perspectiva intelectual é explicitamente abordada em Koselleck, 1985, p. 130-155. Chladenius e o iluminismo alemão são exaustivamente analisados pelo trabalho de Reill, 1975.

7. Os dados biográficos sobre Capistrano foram levantados nos textos de Vianna, 1955, Coutinho, 1959, Câmara, 1969, e Rodrigues, 1965 e 1970.

8. A respeito desse assunto, além dos seus trabalhos especificamente críticos, reunidos na segunda série de *Ensaio e estudos*, valeria a pena uma consulta aos volumes da sua *Correspondência*. (cf. Abreu, 1954).

9. Os dois textos que vamos discutir estão enfeixados em um único volume, publicado em 1929 pela Sociedade Capistrano de Abreu e intitulado *O descobrimento do Brasil*. O primeiro deles, a tese de concurso de 1883, recebeu o nome de

"Descobrimento do Brasil — Seu desenvolvimento no século XVI", enquanto o segundo chamou-se "O descobrimento do Brasil — Povoamento do solo — Evolução social". É preciso assinalar que o mesmo volume ainda abriga um terceiro trabalho dedicado ao tema, não discutido nesse estudo.

10. Deve-se observar, portanto, que o método histórico — e a própria narrativa, como será visto na próxima seção — constitui-se em um nível absolutamente cosmopolita da atividade do historiador, um nível no qual Capistrano para ser reconhecido como um profissional competente, teve que controlar os mesmos procedimentos críticos utilizados por seus colegas no resto do mundo. Isto obviamente não quer dizer que não existam outros planos, como o simbólico, por exemplo, nos quais o trabalho do historiador pode receber novas interpretações, mais concretas e singularizantes, mas deixa claro que a identidade deste "ofício", ao menos na instância que estamos analisando, não está limitada por fronteiras nacionais, até mesmo pela estreita associação que estabelece com a moderna definição ocidental de verdade. No que se refere ao desenvolvimento deste ofício, pode-se utilizar os textos de Cassirer, 1943 e 1948, Koselleck, 1985, e principalmente Momigliano, 1983.

11. Creio que as passagens mencionadas deixam claro o interesse em se comparar a concepção moderna de história com as discussões ligadas ao desenvolvimento da *ótica* de um lado, e com os debates vinculados à noção de *perspectiva* na pintura moderna, de outro.

12. Uma primeira referência a respeito das novelas góticas pode ser fornecida por Lovecraft (1984), ele próprio um importante continuador do gênero.

13. Acredito que seja exatamente neste contexto que devam ser compreendidas as inúmeras referências às "esquisitices" de Capistrano que podem ser encontradas na bibliografia.

14. Parece não ser descabido, neste momento, sugerir que duas das mais influentes "histórias de terror" da moderna literatura ocidental, *Drácula* e *Frankstein*, parecem ter uma certa relação com o que acabamos de discutir. *Frankstein* resulta diretamente de um desarranjo da ciência que, procurando planejar e dominar o futuro, termina por produzir o horror; *Drácula*, um senhor medieval que sobreviveu

à sua época, a todas as épocas, é uma espécie de ruína, de escombro vivo, ou melhor, meio vivo e meio morto, exigindo precisamente a intervenção de saber erudito, histórico, ciente das suas particularidades e fraquezas, quase esquecidas no passado, para poder ser eficazmente combatido.

15. Se, de vez em quando, aprendizes de feiticeiro acertam a fórmula de transformar chumbo em ouro, creio que vale a pena assinalar que só muito recentemente, depois da "escola dos *Anais*" e de uma certa articulação da historiografia com a tradição sociológica, de um lado, e com a teoria literária, de outro, foi que se começou a encontrar historiadores dispostos a discutir de forma mais ampla o alcance e a profundidade dos seus pressupostos. Acerca desta "mutação historiográfica", pode-se procurar para uma primeira abordagem os trabalhos de Furet, 1982, e de White, 1984.

16. A propósito, gostaria de observar que, neste trabalho, não pretendo enfrentar a questão do complexo relacionamento entre a narrativa histórica e a narrativa literária, em particular a chamada "prosa de ficção", o romance. Para uma discussão desse e de outros aspectos da relação entre história e ficção, sugiro a leitura dos textos de Lima, 1984 e 1986.

17. Esta posição, muito comum nos autores ligados à chamada "escola dos *Anais*", é sistematizada por Furet, 1982, p. 5-34.

18. Minhas observações sobre a narrativa baseiam-se muito fortemente nos trabalhos de Ricoeur, 1980 e 1984, White, 1980 e 1985 e de Jauss, 1978.

19. Creio que esta passagem deixa bem claro que pretendo estar discutindo uma concepção eminentemente moderna das narrativas, em que a ênfase na conclusão vai se *opor* ao inacabamento característico das fábulas e contos tradicionais (cf. Benjamin, 1985). Neste caso, sou obrigado a me afastar da perspectiva adotada por Paul Ricoeur (1980 e 1984), tão influentes em outros momentos deste texto, que, parecendo trabalhar com uma definição ontológica da narrativa, não leva em consideração a relevância desta oposição.

20. Assinale-se que esta associação entre a crítica, a narrativa e o iluminismo está longe de esgotar todas as possibilidades de leitura de um texto historiográfico. Com efeito, ela só vai se revestir

de um caráter obrigatório no nível que estamos estudando (cf. nota 10), pois em outros, como o da teoria, é perfeitamente possível encontrar-se um autor como Ranke, capaz de compatibilizar uma inevitável adesão aos valores iluministas do método e do relato históricos com o emprego de um quadro intelectual de base essencialmente conservadora (sobre Ranke, vale a pena uma consulta aos livros de Cassirer, 1948 e de White, 1973). O próprio Capistrano que, nos textos sob exame, parece assumir uma postura teórica marcada pela ênfase na competição e no progresso, extremamente congruente, portanto, com um ideal de objetividade e linearidade, pode, contudo, ser interrogado ainda em um terceiro plano, o simbólico, no qual a sua preocupação com o *descobrimento* do Brasil, particularmente se contrastada com o realce dado pela historiografia norte-americana à idéia de *fundação* dos Estados Unidos (cf. Arendt, 1975), pode adquirir um inesperado significado romântico, totalmente insuspeito na dimensão que estamos analisando.

21. No que diz respeito à questão da tragédia, acredito que seja indispensável uma referência à obra de Nietzsche, em especial aos seus textos da juventude. Além disso, para uma discussão mais recente da questão, indicaria o texto de Rosset, 1971.

Bibliografia

ABREU, Capistrano. *O descobrimento do Brasil*. Anuario do Brasil, Rio de Janeiro, 1929.

———. *Ensaio e estudos* (1.^a série). Livraria Briguiet, Rio de Janeiro, 1931.

———. *Ensaio e estudos* (2.^a série). Livraria Briguiet, Rio de Janeiro, 1932.

———. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. INL/MEC, Rio de Janeiro, 1954.

ARENDT, Hannah. "O conceito de história — antigo e moderno" in *Entre o passado e o futuro*. Perspectiva, São Paulo, 1972.

———. *Sobre a revolução*. Moraes, Lisboa, 1975.

BENJAMIN, Walter. "O narrador" in *Magia e técnica, arte e política*. Brasiliense, São Paulo, 1985.

- CÂMARA, José Aurélio Saraiva. *Capistrano de Abreu*. José Olympio, Rio de Janeiro, 1969.
- CASSIRER, Ernst. *Filosofia de la ilustración*. FCE, México, 1943.
- . *El problema del conocimiento* (IV). FCE, México, 1948.
- COUTINHO, Afrânio. *Euclides, Capistrano e Araripe*. Livraria São José, Rio de Janeiro, 1959.
- FURET, François. *Penser la Révolution Française*. Gallimard, Paris, 1978.
- . *L'atelier de l'histoire*. Flammarion, Paris, 1982.
- JAUSS, Hans Robert. *Pour une esthétique de la réception*. Gallimard, Paris, 1978.
- KOSELLECK, Reinhart. *Le règne de la critique*. Minuit, Paris, 1979.
- . *Futures past*. The MIT Press, Cambridge, 1985.
- LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário*. Brasiliense, São Paulo, 1984.
- . *Sociedade e discurso ficcional*. Guanabara, Rio de Janeiro, 1986.
- LOVECRAFT, H. P. *El horror en la literatura*. Alianza, Madrid, 1984.
- MARIN, Louis. *Le portrait du roi*. Minuit, Paris, 1981.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*. Gallimard, Paris, 1983.
- REILL, Peter Hans. *The german enlightenment and the rise of historicism*. University of California Press, Berkeley, 1975.
- RICOEUR, Paul. "Narrative time" in *Critical inquiry*. vol. 7, n. 1, 1980.
- . "The narrative function" in *Hermeneutics and the human sciences*. Cambridge University Press, Cambridge, 1984.
- RODRIGUES, José Honório. "Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira" in *História e historiadores do Brasil*. Fulgor, São Paulo, 1965.
- . "Capistrano de Abreu e a Alemanha" in *História e historiografia*. Vozes, Petrópolis, 1970.
- ROSSET, Clément. *Logique du pire*. PUF, Paris, 1971.
- SKINNER, Quentin. *Machiavelli*. Oxford University Press, Oxford, 1981.
- VEYNE, Paul. *Acreditavam os gregos nos seus mitos?* Brasiliense, São Paulo, 1984.
- VIANNA, Helio. *Capistrano de Abreu*. MEC, Rio de Janeiro, 1955.
- WHITE, Hayden. *Metahistory — The historical imagination in nineteenth century europe*. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1973.
- . "The value of narrativity in the representation of reality" in *Critical inquiry*. vol. 7, n. 1, 1980.
- . "The question of narrative in contemporary historical theory" in *History and theory*, vol. 23, n. 1, 1984.
- . *Tropics of discourse*. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1985.

Ricardo Benzaquen de Araújo, mestre em antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ) e doutorando na mesma Instituição. Autor do livro *Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Zahar, Rio de Janeiro, 1988. É professor na PUC/RJ e no IUPERJ.